



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2018: SIC - XXX SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2018
<b>Local</b>	Campus do Vale - UFRGS
<b>Título</b>	O PROINFÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL: IMPACTOS E DESAFIOS
<b>Autor</b>	FLÁVIA PONTIN FERAZZO
<b>Orientador</b>	SIMONE SANTOS DE ALBUQUERQUE

## **O PROINFÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL: IMPACTOS E DESAFIOS**

Flávia Pontin Ferazzo

Orientadora: Simone Santos de Albuquerque

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

O presente resumo é parte do estudo feito na Pesquisa IMPLEMENTAÇÃO DO PROINFÂNCIA NO RIO GRANDE DO SUL: ampliação da cobertura e desafios para a efetivação da qualidade na oferta de Educação Infantil (2017-2021). Apresentamos então dados parciais relativos ao impacto do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância) no Estado do Rio Grande do Sul. O Programa tem como objetivo ampliar o acesso das crianças de 0 a 6 anos em instituições de educação infantil de qualidade. Na primeira etapa da pesquisa realizamos uma revisão bibliográfica, nas principais bibliotecas nacionais e eventos científicos, acerca das produções nacionais sobre o Proinfância. Foi possível observar o número de produções que foram realizadas em relação ao programa, totalizando 41 trabalhos, que foram organizados em três categorias após a leitura crítica de seus resumos, são elas: por tipo de produção, categoria de estudo e região da produção. A temática mais recorrente foi “Políticas Públicas” evidenciando o impacto deste programa no contexto da educação infantil brasileira. Após a revisão bibliográfica realizamos um estudo quantitativo a partir do banco de dados do Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC) e da Radiografia da Educação Infantil do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE) onde destacamos o crescimento do programa. No Rio Grande do Sul dos 497 municípios, 371 realizaram convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destes foram firmados 643 convênios para a construção de novas unidades de educação infantil. Nosso estudo evidenciou que deste total de convênios para as obras, apenas 358 unidades foram concluídas, tendo um impacto direto na criação de mais de trinta mil matrículas para crianças de 0 a 6 anos em nosso estado. Destacamos aqui a Mesorregião (IBGE) Noroeste com o maior percentual de escolas concluídas, totalizando 83,14% sendo justamente a mesorregião com o maior número de municípios, totalizando 216. Os dados referentes ao maior percentual de obras não concluídas são na mesorregião Sudeste, Sudoeste e Metropolitana, este dado vem ao encontro do estudo apresentado na Radiografia do TCE/RS (2015) que faz uma escala de classificação dos municípios que mais precisam criar vagas. Este ranqueamento apresentado na Radiografia do TCE está vinculado ao previsto nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, ou seja, atendimento de 50% das crianças de 0 a 3 anos até o final da vigência do PNE, e 100% do atendimento para as crianças de 4 a 5 anos da pré-escola. Salientamos que das obras não concluídas no estado, um total de 285, localizadas em diferentes municípios gaúchos, enfrentam grande número de processos que foram ajuizados com a finalidade de dar continuidade nas construções. A situação é grave, pois muitas obras estão paralisadas, expostas ao tempo, materiais sendo desperdiçados, bem como toda a complexidade de uma população inteira que tem uma demanda emergente por vagas na Educação Infantil, que se depara diariamente com um “bem público” sendo deteriorado. Evidenciamos que através do Proinfância muitas crianças gaúchas tiveram seu direito garantido de estar na Educação Infantil através das escolas construídas ao longo de 11 anos de Programa. Destacamos a necessidade de enfrentar os desafios jurídicos, econômicos e políticos que estão atrelados a este Programa, para a criação de mais de 70 mil vagas necessárias para as crianças gaúchas de 0 a 6 anos. Portanto, acreditamos que a implementação do Proinfância torna-se emergente para dar conta dessa defasagem que nosso estado ainda vivencia em relação a oferta da Educação Infantil.